



A Santa Sé

***DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS PARTICIPANTES NA ASSEMBLEIA
SOBRE MORALIDADE PÚBLICA***

Segunda-feira, 29 de Novembro de 1982

Caríssimos Irmãos e Irmãs

1. Esta Audiência, por vós desejada, oferece-me a oportunidade de vos apresentar algumas reflexões sobre o tema tão importante e actual da moralidade pública, que os católicos, a título peculiar, têm o dever de defender e de promover.

Por isso, não pode deixar de ser louvada e encorajada a intenção de coordenar a actividade de Grupos e Associações de inspiração cristã, a fim de tornar cada vez mais cautos e conscientes a estrutura social e os seus Dirigentes do grave perigo a que leva a degradação do costume público; certamente procurar-se-á atingi-la com iluminada sabedoria, com ininterrupto estudo dos objectivos factores determinantes, com o propósito de ultrapassar a mera denúncia, para construir um ambiente rico de verdade, de respeito e de amor para com a grandeza espiritual e a nobreza do homem.

2. Não é necessário deter-me convosco sobre os aspectos preocupantes da situação da moralidade pública não só na Itália como também em tantos outros Países. Tal situação pode sintetizar-se em duas direcções de fundo: a agressão contínua e sistemática dos princípios morais, por um lado; e por outro, a táctica, muitas vezes instrumento de intenções especulativas, de multiplicar motivos e modelos de corrupção principalmente entre jovens e adolescentes.

As causas de fundo, mediante as quais se chegou a este estado de permissivismo organizado e admitido, devem ser primeiro que tudo procuradas numa crise do pensamento, isto é, numa crise de ordem metafísica: rejeitada ou obnubilada a ideia de Deus, falsifica-se a visão da inteira realidade e particularmente do homem. A cultura moderna, atravessada — todos sabemos — por

correntes de pensamento agnóstico e ateu, chegou a um "pluralismo ideológico" e portanto a um "pluralismo ético", que muitas vezes é puro relativismo, e que pode atingir os limites da anarquia moral. Confundido e alterado o conceito do homem, confunde-se e altera-se o da sua vida, do seu agir, da sua moralidade.

Se queremos ser autênticos fautores da personalidade e da dignidade humana, devemos reconhecer no homem um "ser" que reclama um "dever ser", valendo-se de uma lei que o ultrapassa: a lei natural confirmada pelo sentido interior da consciência. Esta lei não é algo de adventício, mas é intrínseca à nossa natureza, e determina os seus imprescindíveis ritmos de desenvolvimento e de aperfeiçoamento; uma lei não escrita, mas vivida: "*Non scripta, sed nata lex*"; aquela lei que São Paulo reconhece também nos pagãos, não iluminados pela luz da revelação divina, quando afirma que eles a si mesmos servem de lei, "*ipsi sibi sunt lex*" (cf. *Rom* 2, 14).

Certamente, o claro e intuitivo reconhecimento da lei moral-natural, de limites insuperáveis impostos pelo respeito da realidade "homem", pode ser alterado e desfigurado nos ânimos. A negação ou também só a não afirmação de Deus, criador, ordenador e juiz do homem, tem como consequência o subjectivismo moral, a confusão acerca do conceito de "bem" e de "mal"; perdem-se automaticamente os paradigmas seguros da moralidade.

A própria noção de Deus, genericamente, não é ainda suficiente para determinar de modo absoluto os conteúdos da moralidade. No momento das escolhas concretas, as várias concepções acerca da divindade levam logicamente a vários tipos de moralidade.

Informados pela fé que professamos, devemos dizer que só Jesus Cristo, o Revelador do Pai, é o paradigma seguro, porque divino, da moralidade; Ele é a verdadeira luz da consciência humana: "Eu sou a luz do mundo. Quem Me segue não andarás nas trevas" (*Jo* 8, 12). Observando a situação da moralidade pública, dir-se-ia que os homens "amaram mais as trevas do que a luz" (*Jo* 3, 19), que uma densa obscuridade envolve a sociedade humana, nas suas várias e articuladas componentes. Somos levados a pensar na parábola do bom grão e da cizânia: no campo da história o inimigo do homem continua a semear copiosamente o mal.

3. Qual deve ser, pois, o comportamento do católico na grave situação actual? Ela chama-o, em primeiro lugar, à responsabilidade específica de ser luz do mundo, sal da terra, fermento da massa: "de modo que, vendo as vossas boas obras — disse Jesus — glorifiquem Vosso Pai que está nos Céus" (*Mt* 5, 16). .

Incumbe, antes de tudo, um dever profundamente pessoal que consiste em maturar uma fé esclarecida, clara, segura, de maneira que se formem consciências autenticamente cristãs. Isto é possível mediante uma cultura religiosa, completa, reflectida, intimamente assimilada, que seja o apoio de uma profunda convicção. Dela fluirão uma delicada sensibilidade moral, o sentido da

disciplina e da mortificação, a exigência de rectidão ética em todos os campos de acção, e por fim uma profunda vida interior alimentada pelos Sacramentos e pela oração, porque a nossa é uma moral sobrenatural, na origem e nos fins.

4. Existe depois para o católico uma responsabilidade de ordem pública e social. É bem conhecido, de facto, que a decadência da moralidade traz consigo a decadência da sociedade, porque desta se tiram os mesmos pressupostos, e também aquele mínimo de ordem jurídica que não pode prescindir da ética. É pois dever das pessoas reflectidas e das honestas, deter tal desmoronamento dos pilares fundamentais de uma ordenada convivência civil.

A este propósito, quer os católicos quer todos os homens de boa vontade, devem demonstrar uma esclarecida coragem, exigindo dos responsáveis do Estado uma sensibilidade maior, uma defesa mais enérgica e uma valorização mais exigente daquele bem comum irrenunciável que é a honestidade do comportamento público. A decadência dos costumes é decadência da civilização, porque existe uma conexão causal entre a condescendência, muitas vezes desejada, à licenciosidade pública, e a difusão de fenómenos anormais, como a violência, a delinquência, a falta de confiança na legalidade e a falta de controlo dos impulsos mais irracionais. Mais do qualquer outra forma de regime, a democracia exige perspicaz sentido de responsabilidade, autodisciplina, rectidão e medida em todas as expressões e relações sociais.

A vós que fazeis parte dos Grupos católicos que se propõem coordenar com sabedoria os seus esforços, em vista de tutelar aquele bem comum que é a integridade da imoralidade pública, dirijo — ao concluir estas reflexões — a exortação de São Paulo aos Gálatas, exortação válida para os cristãos de todos os tempos: "Se vivemos pelo Espírito, caminhemos também segundo o Espírito" (*Gál 5, 25*) que tem os seguintes frutos: "caridade, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, temperança. Contra estas coisas não existe lei" (*ibid. 22-23*). Desça sobre os vossos deveres e bons propósitos a graça do Senhor, propiciada também pela minha Bênção Apostólica.

© Copyright 1982 - Libreria Editrice Vaticana